

ENTRE ATAS E DEBATES:

A reorganização dos poderes municipais (Natal, 1948-1960)

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

DANTAS, George Alexandre Ferreira

Doutor; Professor Associado do DARQ e do PPGAU/UFRN
george.dantas.af@ufrn.br

BEZERRA, Mayse de Oliveira

Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN; Pesquisadora de IC do HCurb
mayse.bezerra.704@ufrn.edu.br

RIBEIRO, Ana Clara Tavares Maia

Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN; Pesquisadora de IC do HCurb
clara.tavares.103@ufrn.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa as dinâmicas de modernização e as transformações socioespaciais na cidade do Natal entre o final da década de 1940 e o ano de 1960. A análise foca nos debates institucionais e seus desdobramentos em torno de diversos temas urbanos, deslocando o olhar da atuação direta do Executivo para o papel que a Câmara Municipal de Natal, reinstalada em 1948, passaria a ter na construção de uma “agenda” pública. Investigou-se como os Poderes Legislativo e Executivo atuaram como instâncias fiscalizadoras e mediadoras de debates sobre o ordenamento da cidade num contexto de rápido crescimento populacional e crise habitacional no pós-Segunda Guerra Mundial. Metodologicamente, o trabalho estruturou-se em revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, detendo-se especialmente na análise das atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Natal, permitindo reconstruir os embates parlamentares sobre infraestrutura, serviços públicos e autonomia municipal. Os resultados parciais destacam a transição de um cenário de instabilidade para a consolidação do Legislativo como espaço ativo de discussão urbana, evidenciando tensões entre discursos de modernização e as carências sociais das áreas periféricas.

Palavras-chave: História Urbana; Atas; Câmara Municipal; Municipalismo; Modernização.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of modernization and socio-spatial transformations in the city of Natal between the late 1940s and 1960. The analysis focuses on institutional debates and their repercussions in the press surrounding various urban issues, shifting the focus from direct actions by the executive branch to the role played by the Natal Municipal Council, reinstated in 1948, in shaping a public agenda. It investigates how the legislative and executive branches acted as supervisory and mediating bodies in urban planning debates within the context of rapid population growth and a postwar housing crisis. Methodologically, the work is structured around a literature review of primary and secondary sources, with a particular focus on analyzing the minutes of the Council's regular sessions, which allows for the reconstruction of parliamentary debates on infrastructure, public services, and municipal autonomy. The preliminary results highlight the transition from a scenario of instability to the consolidation of legislative power as an active space for urban debate, revealing tensions between discourses of progress and the social needs of peripheral areas.

Key-words: *Historia urbana; Actas de sesiones; Concejo Municipal; Municipalismo; Modernización.*

RESUMEN

Este artículo analiza la dinámica de la modernización y las transformaciones socioespaciales en la ciudad de Natal entre finales de la década de 1940 y 1960. El análisis se centra en los debates institucionales y sus repercusiones en la prensa en torno a diversos temas urbanos, desplazando el foco de atención de las acciones directas del poder ejecutivo al papel que desempeñaría el Concejo Municipal de Natal, reinstaurado en 1948, en la construcción de una "agenda" pública. Se investiga cómo los poderes legislativo y ejecutivo actuaron como órganos de supervisión y mediación en los debates sobre planificación urbana en un contexto de rápido crecimiento demográfico y crisis de vivienda en la posguerra. Metodológicamente, el trabajo se estructura en torno a una revisión bibliográfica de fuentes primarias y secundarias, centrándose particularmente en el análisis de las actas de las sesiones ordinarias del Concejo, lo que permite reconstruir los debates parlamentarios sobre infraestructura, servicios públicos y autonomía municipal. Los resultados preliminares ponen de relieve la transición de un escenario de inestabilidad a la consolidación del poder legislativo como un espacio activo para el debate urbano, revelando tensiones entre los discursos de progreso y las necesidades sociales de las zonas periféricas.

Palabras clave: *Historia urbana; Actas de sesiones; Concejo Municipal; Municipalismo; Modernización.*

INTRODUÇÃO

O primeiro grande ciclo de modernização de Natal, que englobou diversos momentos marcados por estudos e planos urbanísticos, introdução de novos serviços e equipamentos urbanos e resoluções estatais para ordenamento da expansão urbana desde o início do século XX, tem como marco final a inauguração das grandes obras de saneamento em 1939, um sistema avançado de abastecimento de água e tratamento de esgotos cuja rede atingia 100% da estrutura urbana – e capacidade de carga para o dobro da população, ainda que o acesso fosse desigual (Dantas et al., 2025; Ferreira et al., 2008). Esse grande ciclo foi pontuado também pela tentativa de organização administrativa do poder municipal e, principalmente, de obter autonomia financeira e, por conseguinte, institucional desde os anos 1920, com as reformas abrangentes da gestão Omar O’Grady (1924-1930)¹, que organizou secretarias, departamentos, cronogramas de obras públicas, índices de modernização; as ações de melhoramentos da gestão de Gentil Ferreira (1935-1940); e, depois, um novo ciclo de modernização centrado no papel do município, com a gestão de Sylvio Pedroza, entre 1946 e 1950, como já discutimos em outros momentos (Dantas et al., 2025).

Esse processo, que atravessa contextos históricos diversos em várias escalas, ganha novos contornos nos anos 1940 por uma série de fatores, dentre os quais: o rápido crescimento demográfico oriundo dos impactos da instalação das bases militares em Natal, o que levaria a um crescimento nominal de quase 90% da quantidade de habitantes (de aproximadamente 54 mil para 100 mil habitantes); a crise de moradia, a escassez e consequente inflação do valor dos alimentos agravadas por esse crescimento demográfico; a formalização de um mercado de terras, com o registro do primeiro loteamento privado em 1947 (que levaria a um padrão de ocupação do território horizontal e de baixa densidade nas décadas seguintes), em meio ao início da industrialização nacional e a formulação de políticas federais de habitação; a ação do governo estadual, via Departamento de Saneamento do Estado, na gestão efetiva do ordenamento urbano (pois a aprovação de loteamentos estava condicionada, a princípio, à adequação à infraestrutura de saneamento e sua capacidade de carga) (Ferreira et al., 2008); e, naquilo que nos interessa de perto discutir neste artigo, a instalação da Câmara Municipal de Natal em 1948.

¹ A gestão de Omar O’Grady legou às gestões municipais subsequentes dois importantes instrumentos e marcos legais: o Código de Obras de 1929, que vigorou até o início dos anos 1960 (já muito defasado, por óbvio), e o Plano Geral de Sistematização, elaborado por Giacomo Palumbo entre 1929 e 1930, que serviu de baliza ao ordenamento urbano de Natal até o início dos anos 1950 (Dantas, 2003).

PENSAR FORA DO EIXO

Sob a ótica da administração pública municipal, as pesquisas mais recentes em andamento indicam que esse cenário representou uma fase de transição. Se as tentativas iniciais de gestão ainda enfrentavam instabilidades ao lidar com problemas urbanos persistentes, um projeto de reordenamento mais robusto ganhou força a partir da segunda metade dos anos 1940. Esse avanço consolidou-se durante a gestão de Sylvio Piza Pedroza, que assumiu a prefeitura em 1946, pautado por uma ideologia modernizadora e tendo como baliza ainda o Plano Geral de Sistematização, concebido por Giacomo Palumbo em 1930, resultando em obras estruturais significativas, como a abertura de vias, pavimentação, ocupação urbana das praias ao Leste, regulação do transporte público e criação de novos bairros.

Contudo, este artigo não pretende se aprofundar na atuação direta do Executivo nesse período (objeto de análise e discussão em trabalhos anteriores). O foco aqui desloca-se para a base institucional das ações, intervenções e reformas em discussão. É importante ressaltar que o esforço foi fortalecido pela reinstalação do Poder Legislativo, com a instituição da Câmara Municipal. Paralelamente, a imprensa desempenhou um papel crucial na retomada da construção da imagem de uma "Natal moderna", disseminando uma narrativa de progresso que cristalizou a imagem de Pedroza como o grande reformador da capital (Torquato, 2011).

É nesse contexto conturbado do pós-Segunda Guerra Mundial e das rearticulações do papel da gestão municipal que novas questões seriam formuladas e postas no debate público e encontrariam na Câmara Municipal um importante meio para reverberar e tentar impactar ativamente nas formulações das políticas e investimentos públicos municipais. Mais ainda, ajudaria a dar voz paulatinamente a questões aparentemente menores, mas que tinham impacto na vida urbana das classes populares. Isto é, ajudaria a estruturar as questões urbanas, que não são um dado neutro, mas um conjunto de temas em disputa entre os vários atores e agentes sociais, entre setores de classe e seus interesses sobre um território em forte transformação – social, demográfica e econômica.

Em meio às crônicas e matérias jornalísticas, aos relatórios e documentos oficiais, aos planos e projetos de urbanismo e, sobretudo, de engenharia sanitária, focamos na atuação do Legislativo Municipal de Natal a partir de 1948. As atas das sessões ordinárias (e algumas extraordinárias) da Câmara Municipal de Natal — um acervo ainda hoje pouco explorado pela historiografia local — são nossa fonte primária privilegiada, considerando o recorte temporal abarcado desde a sua criação até 1960, contexto do fim da primeira gestão de Djalma Maranhão

PENSAR FORA DO EIXO

(primeiro governo de corte progressista e nacionalista de Natal). Essa documentação, composta por registros manuscritos e datilografados em bom estado de conservação, encontra-se salvaguardada no arquivo da própria Câmara Municipal e oferece perspectivas inéditas para compreender os debates urbanos do período.

Ademais, em complemento, buscamos compreender o contexto dessa década inicial de atuação da Câmara, focando na literatura (em vários sentidos ainda lacunar) sobre o desenvolvimento urbano e político em Natal de meados do século XX, priorizando fontes primárias e secundárias sobre Djalma Maranhão (cuja gestão ainda merece análise mais detida do ponto de vista das políticas e ações urbanísticas). A revisão bibliográfica contempla também trabalhos voltados a fundamentar o contexto político, social e econômico de Natal e do Brasil no período recortado. Nesse âmbito, artigos como o de Dantas et al. (2025) fundamentam as discussões sobre o impacto das mudanças constitucionais na autonomia local entre 1934 e 1946. O trabalho de Pereira (2006) é central para discutir a jurisdição municipal e as tensões do poder local, enquanto Velloso et al. (2024) contribuem com reflexões sobre cultura e conflitos no espaço urbano contemporâneo.

Dentre a bibliografia de referência, mencionamos também Matsumoto (2012) para definir os conceitos de municipalismo e descentralização. Na vertente histórica, Moraes (1995), em "Djalma Maranhão: o plantador de cidades", detalha a trajetória do político e suas intervenções, enquanto Maranhão (1999) e Ferreira et al. (2008) oferecem o suporte necessário para compreender a evolução dos projetos urbanísticos para Natal. Ferreira (1996) estuda o processo de urbanização e o parcelamento do solo de Natal; enquanto Lima (2015) analisa o papel das instituições de previdência na expansão habitacional do pós-guerra na capital potiguar; e Torquato (2011) analisa a gestão de Sylvio Pedroza, os usos do Plano elaborado por Giacomo Palumbo e o discurso de progresso. Adicionalmente, as contribuições de Machry (2017) sobre o projeto desenvolvimentista, Ribeiro (2008) sobre as "Praças de Cultura" e Dantas (2003) sobre o ordenamento espacial consolidam o referencial que contextualiza localmente esse período. Fontes de consulta rápida, como a Fundação José Augusto (s.d.) e Moraes et al. (2024), foram utilizadas para conferência de dados biográficos e cronológicos.

Foi realizado também o levantamento de notícias do recorte temporal que evidenciasse as discussões sobre municipalismo, atuação do Legislativo e reverberação (em mão dupla) dos temas tratados na Câmara Municipal, com ênfase nas gestões de Sylvio Pedroza e Djalma Maranhão.

PENSAR FORA DO EIXO

Esse mapeamento fundamentou-se em periódicos locais — como A República, A Ordem e Diário de Natal —, cujos registros haviam sido compilados em etapas anteriores do projeto. O acervo e as análises resultantes encontram-se sistematizados em planilhas e disponíveis em um banco de dados compartilhado pelo HCurb, otimizando o fluxo de trabalho colaborativo. As ocorrências identificadas nos periódicos passaram por um novo filtro de relevância, servindo de base para a revisão da linha do tempo que incorpora os eventos e ações públicas mais significativos ocorridos entre 1948 e 1960.

A tarefa mais importante de pesquisa foi o exame detalhado das Atas da Câmara Municipal entre 1948 e 1960. Embora o acesso à totalidade do recorte temporal tenha sido limitado e parte do material se encontrasse ilegível ou danificada. Esta etapa permitiu reconstruir os debates parlamentares e as ações do poder público, destacando os temas que estruturaram a agenda legislativa. A análise priorizou registros que enfatizassem o papel do município, sua autonomia, possibilidades e limites de atuação, além das várias escalas das questões (e transformações) urbanas, bem como as políticas públicas e os dados já levantados em planos anteriores, permitindo o mapeamento dos principais temas da época.

O MUNICIPALISMO E O PAPEL DOS PODERES MUNICIPAIS

A análise das atas da Câmara Municipal de Natal foi essencial para a compreensão de como as questões urbanas eram debatidas e quais soluções eram propostas. Esse estudo se insere no campo das investigações sobre municipalismo, doutrina política que defende a autonomia administrativa dos municípios como esfera de poder mais próxima e responsiva às necessidades dos cidadãos. Matsumoto *et al.* (2012, p. 32) definem o municipalismo como:

Uma forma de organização ou desenho político-institucional que tende a conceber a esfera local como a mais eficiente para dar solução a uma série de problemas da vida em comunidade e que, para esse objetivo, demanda uma esfera política autônoma de ação, incluindo recursos fiscais e administrativos.

A fundamentação teórica do municipalismo abrange as disputas político-administrativas do período contemporâneo, fundamentando-se em ideais clássicos que associam o poder local à essência da participação cidadã. Pereira (apud Littré 2006, p. 04) destaca a importância de debates na escala local para a resolução de demandas urbanas emergentes:

PENSAR FORA DO EIXO

Voltaire, em tempos revolucionários já apontava para a estreita ligação entre autonomia, municipalismo, democracia e liberdade ao considerar que “o governo municipal, (...) é o melhor, porque é o mais natural, [e] foi preservado em todas as cidades.

Essa perspectiva filosófica, que compreende a gestão da cidade como o modo mais orgânico e legítimo de organização política, é essencial para analisar o cenário brasileiro. Ao transpor essa premissa teórica para a realidade de Natal em meados do século XX, percebe-se que a busca por essa autonomia considerada "natural" foi reiteradamente sufocada por períodos de centralização autoritária e instabilidade institucional. A consolidação da esfera municipal como o nível de governo mais eficiente e autônomo para solucionar os problemas da vida em comunidade tornou-se um desafio local – enfrentado desde a segunda metade dos anos 1920.

Discutir a autonomia municipal exige compreender que as limitações políticas e burocráticas impostas à escala local sempre estiveram presentes no contexto da República brasileira, e até mesmo no Brasil Imperial. Como aponta Pereira (2006, p. 06), as tensões em torno da jurisdição municipal ao longo do século XIX, especialmente a subordinação das decisões locais às Assembleias Provinciais, resultaram em impasses para a execução de obras públicas e para a aprovação de legislações urbanas. No contexto de Natal, em meados do século XX, percebe-se que os desafios enfrentados pela cidade no pós-guerra reproduziam esse cerceamento histórico de sua autonomia administrativa. A instalação definitiva da Câmara Municipal, em 1948, representou a tentativa de garantir que as deliberações sobre o espaço urbano retornassem à instância de poder mais próxima e responsiva às necessidades dos cidadãos.

Mesmo após a instalação do Poder Legislativo de Natal, a sua autonomia continuava sendo infringida. A desconsideração da liberdade local foi denunciada pelo vereador Josafá Machado, exposta nas atas de novembro de 1951, em que Machado se posiciona contra a interferência da Assembleia Legislativa em um veto do prefeito, ato que o vereador considerou um "flagrante desrespeito à Constituição Federal, que concede autonomia ao Município". Josafá Machado aludiu ao art. 68 da Constituição de 1946, o qual tratava da questão do município, em que prescrevia que os Estados deveriam assegurar a autonomia municipal.

A alternância entre regimes democráticos e autoritários se expressou diretamente na capacidade de ação dos prefeitos e do Poder Legislativo na organização das cidades. A fim de compreender as jurisdições que concediam ou restringiam a liberdade da esfera local, cabe entender que nas décadas de 1930 e 1940, houve uma alternância referente à autonomia municipal

PENSAR FORA DO EIXO

em escala nacional. De acordo com Dantas et al. (2025), a Carta Magna de 1934 representou apenas um ensaio de independência local, em que os municípios passaram a ter a possibilidade de organizar seus próprios serviços e de eleger seus próprios prefeitos e vereadores. No entanto, essa experiência foi curta, sendo interrompida pela guinada autoritária de 1937.

Na Constituição de 1937, marcada pela centralização política durante o período do Estado Novo, a autonomia municipal foi praticamente extinta. Os prefeitos deixaram de ser eleitos e passaram a ser interventores nomeados pelos governadores, os quais, por sua vez, eram nomeados pelo presidente. O poder local, além de ter sido subjugado ao governo central, também sofreu restrições orçamentárias e teve pouca liberdade para legislar sobre questões urbanas específicas (Dantas et al., 2022).

Com o fim do autoritarismo do Estado Novo, a Constituição de 1946 restabeleceu o princípio da autonomia municipal em três frentes: a política, com a volta das eleições diretas; a administrativa, referente à auto-organização dos serviços; e a financeira. Contudo, Dantas et al. (2025) apontam que, mesmo após a redemocratização, certas atividades ainda não haviam se constituído, de fato, como responsabilidades municipais em Natal, por mais que contemplassem melhoramentos na cidade. Isso se deveu, como relatou Sylvio Pedroza em 1948, às centralizações excessivas da época da ditadura (Dantas et al., 2025).

Pereira (2006) destaca que, durante a década de 1950, o municipalismo ganhou maior notoriedade no cenário nacional. Exemplo disso foi a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Municípios, em 1950. O congresso foi tão bem-sucedido que, em sua segunda edição, aprovou a criação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), oficializado em 1952. O movimento municipalista manteve-se crescente até o golpe militar de 1964, quando houve mais um momento de retrocesso democrático.

No contexto natalense, a retomada de competências constitucionais em meados dos anos 1940 chocou-se diretamente com a urgência do pós-guerra, período em que a cidade sofreu com o rápido crescimento populacional, pressões sobre a infraestrutura e crise habitacional. Essas demandas exigiam respostas de uma gestão municipal até então marcada por intensa instabilidade política. Foi a partir da retomada das prerrogativas legais de 1946 que se tornou possível a instalação definitiva da Câmara Municipal de Natal em 1948, configurando-se como a nova instância institucional e fiscalizadora, capacitada para exercer as competências recuperadas e debater o ordenamento do município.



PENSAR FORA DO EIXO

GESTÕES MUNICIPAIS EM NATAL DE 1948 ATÉ 1964

Quadro 1. Quadro de prefeitos de Natal

PENSAR FORA DO EIXO

Nº	Prefeitos	Período de governo
Primeira República (1889-1930)		
1	Joaquim Ignácio Pereira	16 de janeiro de 1890 - 13 de fevereiro de 1890
2	Fabício Gomes Pedroza	13 de fevereiro de 1890 - 15 de novembro de 1895.
3	João Avelino Pereira de Vasconcellos	15 de novembro de 1895 - 10 de dezembro de 1895
4	Olympio Tavares	10 de dezembro de 1895 - 1 de março de 1898
5	Joaquim Manoel Teixeira de Moura	1 de março de 1898 - 31 de agosto de 1909
6	Romualdo Galvão	31 de agosto de 1909 - 1 de janeiro de 1916
7	Vicente Inácio Pereira	1 de janeiro de 1916 - 1 de setembro de 1919
8	Theodósio Paiva	1 de setembro de 1919 - 30 de março de 1924
9	José Lagreca	30 de março de 1924 - 30 de abril de 1924
10	Manoel Dantas	1 de maio de 1924 - 15 de junho de 1924
11	Omar O'Grady	15 de junho de 1924 - 8 de outubro de 1930
Governo Vargas (1930-1937)		
12	Pedro Dias Guimarães	8 de outubro de 1930 - 18 de dezembro de 1931
13	Gentil Ferreira de Souza	18 de dezembro de 1931 - 25 de novembro de 1932
14	Sandoval Cavalcante	25 de novembro de 1932 - 12 de abril de 1933
15	Anibal Martins Ferreira	12 de abril de 1933 - 25 de novembro de 1933
16	José Miguel Bilo	25 de novembro de 1933 - 8 de novembro de 1935
17	Gentil Ferreira de Souza	8 de novembro de 1935 - 25 de novembro de 1940
Governo Vargas - Estado Novo (1937-1945)		
18	Joaquim Inácio de Carvalho Filho	25 de novembro de 1940 - 1 de janeiro de 1942
19	Mário Eugênio Lira	1 de janeiro de 1942 - 23 de março de 1943
20	José Augusto Varela	23 de março de 1943 - 8 de abril de 1946
Período democrático (1945-1964)		
21	Sylvio Pedroza	8 de abril de 1946 - 25 de fevereiro de 1950

PENSAR FORA DO EIXO

22	Claudionor Andrade	5 de fevereiro de 1950 - 31 de janeiro de 1951
23	Olavo Galvão	31 de janeiro de 1951 - 20 de setembro de 1951
24	Crezo Bezerra de Melo	20 de setembro de 1951 - 8 de abril de 1954
25	Wilson de Oliveira Miranda	8 de abril de 1954 - 8 de abril de 1956
26	Djalma Maranhão	8 de abril de 1956 - 8 de abril de 1959
27	José Pinto Freire	8 de abril de 1959 - 1 de janeiro de 1961
28	Djalma Maranhão	1 de janeiro de 1961 - 3 de abril de 1964

Fonte: Elaboração dos autores.

Entre os anos de 1940 e 1946, a cidade enfrentou fortes instabilidades políticas, diretamente influenciadas pelos impactos da Segunda Guerra Mundial, estabilizando-se futuramente na gestão de Sylvio Pedroza. O rápido crescimento populacional do período pós-guerra desencadeou uma crise habitacional, a qual exerceu pressão sobre a infraestrutura da cidade. Essa fragilidade urbana de Natal se revelou, também, como instabilidade no poder municipal. Ao analisar o quadro de gestões de Natal (1945–1964), nota-se uma sucessão de mandatos curtos e de transição e poucos períodos de estabilização democrática mais duradoura, com prefeitos como Djalma Maranhão e Sylvio Pedroza.

Em 1960, no contexto da crescente ascensão do municipalismo no cenário brasileiro, como discutiu Pereira (2006), Djalma Maranhão foi o primeiro prefeito natalense eleito de forma direta. Esse momento representou um marco na autonomia municipal de Natal, bem como no poder real das decisões e necessidades da população.

Djalma Maranhão nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 27 de novembro de 1915, e faleceu em Montevideu, Uruguai, em 1971, durante seu exílio na ditadura militar. Atuou como professor de educação física, cabo do Exército, jornalista, cronista e político, ocupando os cargos de deputado estadual (1954-1956), deputado federal (1959-1960) e, prefeito de Natal em duas gestões (1956-1959 e 1960-1964) (Moraes, 1995).

Na biografia montada pela Fundação José Augusto (s.d.) sobre Djalma Maranhão, revela-se que sua formação política foi influenciada por sua participação, desde a adolescência, no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por eventos como a Intentona Comunista de 1935. Essas experiências consolidaram uma visão de mundo que se expressou em suas administrações, marcadas por investir em obras urbanas e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a cultura e a educação como ferramentas de emancipação da população mais carente. Sua perspectiva também

PENSAR FORA DO EIXO

foi moldada pelo cenário da Segunda Guerra Mundial em Natal, que reforçou seu apreço pela valorização da cultura regional e da infraestrutura local.

Sua administração se insere no nacionalismo de esquerda que ganhou força no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960. Este movimento, como aponta Machry (2017), defendia um projeto de desenvolvimento autônomo, com forte apelo popular e crítico à dependência externa, buscando a emancipação econômica e a inclusão das massas. A trajetória de Maranhão, desde sua participação no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e na Intentona Comunista de 1935, consolidou uma visão de mundo que priorizava a cultura popular, a infraestrutura local e a educação como ferramentas de emancipação regional, assim como a participação democrática como método de gestão.

A visão municipalista de Maranhão, reforçada em sua participação como deputado federal, expõe-se em uma forte ideologia anti-imperialista e na necessidade de fortalecer a esfera local. Em seus discursos parlamentares, ele representava a cidade como um território cujas carências urbanas derivaram de um modelo econômico extrativista e dependente de países imperialistas. Para o ex-prefeito, havia uma conexão indissociável entre a exploração nacional e a pobreza urbana, que é representada em uma das falas mais marcantes do ex-prefeito: "Enquanto o Brasil for um País dependente, seremos um povo pobre, um País de mendigos" (Maranhão, 1985).

Djalma Maranhão via a dependência externa como a causa da pobreza local e afirmava que o verdadeiro problema para o desenvolvimento brasileiro não eram os gastos internos, mas sim a "pressão, a subjugação imperialista, a nossa dependência econômica às forças de capital monopolizadas" (Maranhão, 1985). Essa visão do país como vítima de uma espoliação estrangeira explica por que, ao assumir a prefeitura, sua prioridade foi utilizar os recursos municipais para beneficiar diretamente o povo local, firmando sua oposição ao modelo imperialista combatido no parlamento, bem como exprimem o ideal nacionalista e, em especial, da defesa dos operários nordestinos abusados pelas grandes empresas imperialistas.

Seu projeto com maior repercussão, e pelo qual é mais conhecido e discutido na literatura especializada, foi a campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler". Moacyr de Gois (1999), então Secretário de Educação, relata que a campanha não era apenas um programa de alfabetização, mas um trabalho engajado na emancipação popular. O objetivo era usar a educação como forma de desenvolver a criticidade democrática e a conscientização popular. As "Escolinhas" da campanha foram criadas a partir de uma solução simples e participativa, sem a necessidade de construir prédios formais. Elas funcionavam em espaços cedidos gratuitamente pela própria comunidade após um apelo da Prefeitura.

PENSAR FORA DO EIXO

Maranhão (1999) via a cultura popular como a alma de Natal. Sua visão é expressa em seu livro sobre Câmara Cascudo, em que ele fala: "a defesa do Folclore Brasileiro implica na legítima defesa da Cultura Popular". Maranhão restaurou todos os autos populares num esforço de revalidação do folclore natalense, dando apoio financeiro a 21 conjuntos folclóricos para garantir sua manutenção. Essa valorização da cultura se materializou no espaço urbano por meio das Praças de Cultura. Essas praças integravam parque infantil, quadra de esportes e uma biblioteca popular. Como detalha Ribeiro (2008), esses espaços livres eram concebidos como centros de convivência que buscavam democratizar o acesso à cultura e ao lazer, oferecendo programação com feiras de livros, música e exposições.

A criação do Conselho Municipal de Turismo e a promoção de eventos como o Carnaval eram vistos como ferramentas para fortalecer a economia e a identidade local. Conforme argumentam Velloso e Oliveira (2024), festas populares como o carnaval são essenciais para o espaço urbano, pois criam ilhas de liberdade onde os cidadãos podem se reapropriar da cidade. Ao promover o carnaval e fóruns de discussão sobre a realidade social, Maranhão incentivava exatamente essa reapropriação, transformando o espaço público em um palco para a expressão cultural e a contestação.

Maranhão buscava um processo de gestão participativa, uma das participações incentivadas pelo ex-prefeito foram os fóruns de discussão sobre a realidade social e formulação de políticas públicas. Os planos sociais de Djalma Maranhão não apenas transformaram a paisagem física e cultural de Natal, mas também buscaram redefinir a própria relação entre o poder público e a população, colocando a participação popular como ferramenta para a reflexão político-técnica.

Para que projetos voltados para a população da cidade se estivessem, a articulação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo municipal era essencial. As atas do período revelam que a Câmara Municipal se consolidou como um espaço destinado à fiscalização, ao debate e à representação das demandas populares, contribuindo para o fortalecimento do municipalismo. Logo no primeiro ano de sua gestão, os registros mostram que Djalma Maranhão submeteu aos vereadores projetos de lei de conteúdo social e cultural, a exemplo da construção do Mercado das Rocas, da criação do conselho de turismo e do auxílio a escolas e ao teatro. A dinâmica entre os poderes foi tão bem vista pela população que a Câmara adquiriu relevância política e produtividade administrativa, chegando a ser elogiada publicamente, conforme relatado pelo vereador Severino Galvão, registrado na ata do dia 29 de agosto de 1956: "O Vereador Severino Galvão elogia um comentário da Rádio Cabugi, que afirmou que a Câmara Municipal desta capital tem produzido mais do que a Assembleia Legislativa Estadual".

PENSAR FORA DO EIXO

As duas gestões de Djalma Maranhão (1956-1960 e 1960-1964), bem como a administração de Sylvio Pedroza (1946-1950), foram exceções em meio ao período Democrático (também chamado de Quarta República, 1945-1964), uma vez que os demais chefes do Executivo marcaram essa época com mandatos instáveis. Foi em meio a esse hiato de continuidade executiva e urgência por planejamento urbano que a perspectiva municipalista adquiriu alicerce institucional em Natal, devido à instalação definitiva da Câmara Municipal, em 1948. A criação dessa nova instância de poder público representou um marco para a autonomia local, fortalecendo o poder legislativo e sua capacidade fiscalizadora. A Câmara tornou-se o principal local de debates sobre o ordenamento da cidade e para a representação das demandas populares. Foi, possivelmente, essa consolidação do legislativo como espaço ativo de discussão da cidade que auxiliou a articulação política das gestões seguintes. O amadurecimento dessa dinâmica entre os poderes pode ter permitido que, anos depois, projetos voltados para a população se efetivassem com maior facilidade.

Outra gestão que marcou esse “período democrático” (1945–1964) em Natal foi a administração de Sylvio Pedroza. Com base em estudos anteriores, a gestão de Sylvio Pedroza (1946-1951) representou um esforço ambicioso de transformar Natal em uma capital em modernização, fundamentando-se na execução técnica do Plano Geral de Sistematização de 1930 (Dantas, 2003; Ferreira et al., 2008) para reorganizar o espaço urbano por meio de pavimentação, expansão de redes elétricas e criação de marcos como a Avenida Circular (a atual Avenida Café Filho). Enquanto a imprensa da época construía uma narrativa de progresso constante e o prefeito personificava o ideal do “gestor realizador”, a cidade vivenciava mudanças estruturais profundas, como a inauguração do Horto Municipal, em 1946, a criação de novas linhas de transporte e a implementação de políticas habitacionais pela Fundação da Casa Popular.

Entretanto, esse ímpeto modernizador não foi isento de turbulências: a reabertura da Câmara Municipal em 1948 trouxe um novo fôlego à fiscalização, expondo crises crônicas de abastecimento de água e energia, além de críticas severas à “mutilação” de áreas verdes (como o Parque Manoel Felipe) e ao desvio de diretrizes urbanísticas originais em prol do florescente mercado imobiliário. Entre o brilho das novas avenidas e as persistentes carências em saneamento e assistência social, a administração de Pedroza consolidou uma memória de remodelação que, ao integrar bairros como as Rocas e planejar a expansão rumo a Parnamirim, lançou as bases para o que viria a ser a Grande Natal.

ENTRE ATAS, OS DEBATES NA CÂMARA MUNICIPAL NA CIDADE DO NATAL

Para compreender a atuação do Legislativo Municipal de Natal entre 1948 e 1964, procedeu-se à análise técnica das atas da Câmara Municipal, segmentando o período em três ciclos distintos: 1948-1950, 1951-1955 e 1956-1958.² Essa categorização fundamenta-se no agrupamento temático das discussões de cada época. No ciclo inicial, apesar dos esforços em prol do ordenamento da cidade, prevaleceram as tensões institucionais entre o Executivo e o Legislativo. Tal dinâmica reflete o cenário descrito por Pereira (2006), que aponta o fortalecimento do movimento municipalista no contexto político brasileiro durante a década de 1950. A Câmara encontrava-se em uma fase inicial após a sua instalação, dedicando-se ainda à definição dos termos técnicos que seriam adotados.

Já no segundo ciclo (1951-1955), o legislativo municipal passa a lidar, com mais enfoque, com as questões cotidianas locais, como os problemas de economia urbana, de moradia, de salubridade, de assistência social, de ordenamento urbano e de infraestrutura, que se desdobram de forma complexa em comparação ao período anterior. Essa complexidade de situações que eram apresentadas na Câmara despertou grandes divergências em relação à postura e à ação da casa legislativa quanto às questões levantadas.

No ciclo final (1956-1958), o foco da Câmara Municipal, juntamente com o Chefe do Executivo, Djalma Maranhão (1956-1964), tornou-se mais explicitamente tentativas de ordenar a cidade perante o crescimento urbano considerado desordenado. Os dois poderes, em conjunto, tentaram priorizar aforamentos, loteamentos, modernização e industrialização da cidade, expansão da malha viária e do saneamento. O poder legislativo, bem como o reconhecimento popular perante sua atuação, demonstra-se mais consolidado nesse ciclo.

3.1 Primeiro ciclo (1948-1950)

No primeiro ciclo do recorte temporal, os dados referentes aos anos de 1949 e 1950 não foram compilados devido à ilegibilidade ou à inexistência de manuscritos. Consequentemente, a análise desse período restringe-se ao ano de 1948, especificamente aos meses de julho e agosto. Nas atas examinadas, observa-se que os vereadores manifestavam preocupação com os desafios de uma cidade em expansão, inserida em um novo contexto de organização municipal.

² As atas serão mencionadas no texto de maneira simplificada (Atas, [indicação de dia, mês e ano]) e referem-se ao acervo existente no Arquivo da Câmara Municipal de Natal, que vem sendo digitalizado pelos autores deste artigo, compondo o acervo do HCUrb (a ser disponibilizado aos demais pesquisadores interessados).

PENSAR FORA DO EIXO

No campo do urbanismo e da infraestrutura, a edilidade concentrou esforços na regulamentação do espaço público, exemplificada pelo Projeto nº 14, que normatizou a construção de muros e passeios, e pela proibição de novos "fiteiros" (pequenos quiosques ou pontos de venda) na zona urbana, visando o controle estético e funcional da cidade. O legislativo dedicou-se ao exame de projetos estruturantes, com destaque para a discussão sobre a autorização de um empréstimo de dez milhões de cruzeiros destinado ao Plano de Pavimentação da cidade. A postura da Casa foi de cautela; o vereador e ex-prefeito Gentil Ferreira, por exemplo, condicionou a aprovação à apresentação de dados pormenorizados sobre os aspectos econômicos e administrativos da obra.

A expansão viária e a conectividade regional foram prioridades, com a aprovação da abertura da Rua Nísia Floresta e a denominação de uma via que ligava Natal à Macaíba, passando por grupos de casas da Fundação de Casas Populares. Os vereadores atuaram como mediadores de demandas localizadas, solicitando desde o calçamento da Avenida Deodoro e informações sobre a abertura da Avenida Circular até reparos em estradas rurais, como as do Carrasco e da Baixa da Coruja, além de pedidos de ampliação da rede de iluminação pública para a Rua Prudente de Moraes, para a Rua Assú e para a Praça da Vitória.

A carência de serviços básicos foi enfrentada mediante solicitações de abertura de cacimbas (um poço artesanal) e instalação de chafarizes nos bairros das Rocas e na Vila Operária, que eram considerados áreas mais humildes da cidade. As discussões técnicas sobre os desafios geográficos da capital, como no caso do aterro da Rua das Dunas, onde a existência de uma lagoa exigia estudos de drenagem. Os vereadores demonstraram sua preocupação com a demora da obra, já que o aterro, conforme declarou o vereador Martinho Machado, ou era concluído com urgência ou corria o perigo de ser destruído pelas marés de agosto.

Na área da saúde pública, a Câmara pressionou o Executivo pela eliminação de focos de "águas servidas" provenientes do Sanatório Getúlio Vargas, denunciando a precariedade sanitária e a proliferação de vetores. O ordenamento do espaço público incluiu a tentativa de regulamentação de serviços essenciais, como a matança de gado e a comercialização de carnes nos mercados municipais, visando padrões mais rígidos de higiene pública.

Essa agenda de melhorias frequentemente colidia com a realidade financeira do Executivo. O prefeito Sylvio Pedroza ressaltou que a execução de apenas sete indicações aprovadas em julho

demandaria cerca de 1,3 milhão de cruzeiros, o que provocava o recuo estratégico de vereadores em propostas de alto custo para evitar o colapso das contas municipais.

Em relação à sua própria estruturação e autonomia, a Câmara enfrentou um embate direto com o prefeito Sylvio Pedroza acerca do pagamento de subsídios aos parlamentares. Este conflito de poderes revelou o esforço da Casa em afirmar sua competência exclusiva para legislar sobre sua economia interna e organização administrativa, rejeitando a interferência do Executivo em resoluções que não dependiam de sanção governamental. Ao defender sua autonomia financeira e intensificar o uso de requerimentos de informações para monitorar gastos e obras inacabadas, atuando como um poder fiscalizador e contraponto político necessário à gestão municipal.

No âmbito da estruturação interna e da produção de jurisprudência, a Câmara buscou maior tecnicidade ao tentar definir categorias comerciais, como as "pequenas mercearias" para fins tributários, e ao estabelecer normas para processos administrativos. Houve, também, tensões ideológicas que refletiam o conflito entre tradição e modernidade. Enquanto a instituição da "Semana Inglesa" representou um avanço nos direitos trabalhistas locais, a proposta de entronização de uma imagem religiosa no plenário desencadeou um profundo debate sobre a laicidade do Estado e os limites constitucionais da maioria frente às convicções individuais. Assim, a Câmara de 1948 não apenas geriu demandas imediatas de infraestrutura, mas também atuou como palco de disputas fundamentais sobre a identidade jurídica e social do município de Natal como institucionalidade.

3.2 Segundo ciclo (1951-1955)

A análise do segundo ciclo foi realizada com base nas atas dos anos de 1951 e 1955, pois os demais anos desse ciclo ou não estavam disponíveis no acervo da Câmara Municipal ou suas atas encontravam-se ilegíveis.

Em novembro de 1951, as discussões se voltaram a fim de atender às carências cotidianas da população, canalizando queixas urgentes sobre a precariedade do saneamento e insalubridade e a ineficiência de serviços públicos, bem como debates sobre assistência social e sobre a crise da habitação.

Os argumentos apresentados nas atas revelam diferentes visões e focos sobre o futuro da cidade. Um dos debates de destaque encontrados nas atas de novembro de 1951 diz respeito ao uso de terrenos públicos em Mãe Luiza. O vereador Felizardo Moura propôs a venda dos lotes para financiar a construção de um Estádio Municipal, argumentando que a obra geraria uma nova fonte

PENSAR FORA DO EIXO

de renda para o município. Em contraposto, o vereador Antônio Félix defendeu que os terrenos fossem destinados à construção de vilas operárias a serem financiadas por Institutos de Caixa de Aposentadoria e Pensão, priorizando o combate à crise habitacional. Esse conflito entre uma visão que prioriza a arrecadação e outra que foca na assistência social demonstra as disputas sobre o planejamento urbano da época.

Durante a análise das atas de novembro de 1951, foram identificados três debates recorrentes e aprofundados pela Câmara nesse período, sendo eles: questões de ordenamento no bairro Alecrim; um projeto de lei que visava responder a questões da população mais vulnerável; denúncias sobre a precariedade em um instituto de menores e órfãos.

A análise dos registros referentes ao Bairro do Alecrim revela um cenário de precariedade urbana, em que a negligência com o patrimônio público e a desarticulação fiscal comprometiam o desenvolvimento da região. O Mercado Público, centro do comércio local, emergiu nos debates como o expoente dessa crise, sendo descrito como "deplorável". As denúncias feitas pelo vereador Pedro Batalha evidenciaram uma crise sanitária caracterizada pela ausência de limpeza básica e pela falta de infraestrutura higiênica, resultando no uso indevido do espaço público como mictório improvisado. Diante do colapso insalubre, a interdição temporária para higienização, proposta pelo vereador Felizardo Moura, apresentou-se como uma medida emergencial necessária para garantir a continuidade das atividades sob padrões mínimos de dignidade.

Na infraestrutura do entorno do mercado, a gestão de resíduos sólidos e a manutenção das vias adjacentes demonstravam-se insuficientes, com acúmulo de entulhos de construção que obstruíam o fluxo urbano. A precariedade da iluminação pública na Rua Dr. Mário Negócio e a insegurança na área do Cemitério do Alecrim indicavam mais uma falha no ordenamento urbano do bairro. Esse déficit infraestrutural coexistia com tentativas de padronização urbanística, exemplificadas pela oficialização do "Largo Eduardo Carlos Pereira", localizado no bairro tratado, e pelos debates acerca da nomenclatura numérica das ruas (definida ainda em resolução da intendência municipal no início do século XX), evidenciando uma tensão entre o planejamento e a realidade caótica do crescimento do bairro.

O dinamismo comercial da região também suscitou conflitos de interesse quanto à ocupação do solo. A proliferação das "cigarreiras" (também chamados de fiteiros), pequenos quiosques de venda, tornou-se ponto de divergência legislativa, opondo visões que buscavam o controle da expansão desses equipamentos contra a necessidade de manutenção da subsistência dos

PENSAR FORA DO EIXO

comerciantes já estabelecidos. Essa disputa expõe a complexidade das discussões da Câmara Municipal de Natal na tentativa de regular o espaço urbano da cidade.

O Projeto de Lei n.º 112/51, de autoria do vereador Josafá Machado, revelou uma visão de ordenamento urbano singular por parte do autor do projeto e seus apoiadores, mostrando uma proposição que considerou os pedidos da população. O referido projeto de lei permitiu que o Executivo procedesse à construção de lavanderias públicas nos bairros da capital, em especial se concentrando em áreas de vulnerabilidade social e alta densidade populacional, como eram os casos dos bairros das Rocas, Quintas e Lagoa Seca. A medida visava descentralizar serviços essenciais e promover a infraestrutura social em regiões periféricas. Posteriormente, a proposta foi remetida à Comissão de Fazenda, evidenciando a necessidade de um parecer técnico sobre o impacto financeiro e a viabilidade orçamentária da execução das obras públicas.

Na justificativa apresentada pelo vereador Josafá Machado, destaca-se um profundo viés social voltado à proteção do trabalho informal feminino, o qual fundamentou sua proposta nas dificuldades logísticas enfrentadas pelas lavadeiras, que se submetiam a deslocamentos exaustivos até seus postos de trabalho. O argumento central focava na responsabilidade ética do Estado, sustentando que o poder público não poderia se omitir diante de uma classe que operava sob condições de "imenso sacrifício" para garantir a subsistência familiar.

Em 1951, o Abrigo Melo Matos tornou-se o centro de debate após denúncias apresentadas pelo vereador Cauby Barroca. O vereador expôs uma situação de penúria extrema, caracterizada pela escassez de recursos financeiros que resultava na insegurança alimentar das crianças institucionalizadas. Relatos indicavam que menores chegavam a desmaiar de fraqueza em atividades externas por estarem alimentados apenas com uma dieta irrisória de café e pão, insuficiente para as demandas biológicas e esforços físicos básicos.

A ilegibilidade das atas impossibilitou a identificação do autor do relato proferido em 29 de novembro de 1951. No entanto, o documento preserva uma denúncia sobre o estado de vulnerabilidade dos menores assistidos pela instituição:

Traz ao conhecimento da casa que teve a oportunidade de assistir duas crianças pertencentes às referidas instituições, desmaiarem de fraqueza na areia da praia durante o banho do mar, e nada pode fazer os inspetores, pois apenas com uma xícara de café e meio pão 40, quarenta centavos não ser possível a um menor aguentar os esforços despendidos no exercício da natação.

PENSAR FORA DO EIXO

A crise não se restringia à alimentação, estendendo-se à infraestrutura e à dignidade dos internos. O registro feito por Barroca aponta para instalações físicas degradadas e uma deficiência crítica de vestuário, expondo as crianças a condições de vulnerabilidade social e biológica. Diante das denúncias, a administração da S.E.R.A.S. tentou mitigar o impacto político através de notas públicas. Entretanto, as atas da época evidenciam contradições institucionais, onde, apesar de se admitir um funcionamento deficitário, tentava-se, sem sucesso, sustentar a narrativa de que o suporte nutricional seria adequado.

A gravidade do quadro mobilizou a Câmara Municipal a adotar medidas urgentes de fiscalização e intermediação política. Foi constituída uma comissão de vereadores que realizou visitas técnicas ao estabelecimento, ocasião em que recebeu subsídios técnicos do acadêmico Hélio Galvão sobre a absoluta carência de verbas para a manutenção dos custodiados. Esse movimento legislativo foi fundamental para elevar o tom das negociações junto ao Poder Executivo estadual, focando não apenas no Abrigo Melo Matos, mas também no Patronato Padre João Maria, ambos operando no limite de suas capacidades.

Em 1951, a Câmara ocupou-se de sua própria estruturação e do fortalecimento do papel do vereador. No período, houve destaque para a defesa da autonomia municipal, com o protesto contra a interferência da Assembleia Estadual em vetos do Executivo Municipal, classificado como inconstitucional, sublinhando o desejo da Casa de não se submeter a tutelas externas. Internamente, o Legislativo buscou aprimorar sua eficiência, operando em regimes que permitiram a votação de até 48 matérias em uma única sessão, conforme exaltado pela presidência como prova de dedicação ao erário e ao público.

Finalizando o ano de 1951, quanto ao âmbito da vigilância administrativa, o Legislativo demonstrou autonomia ao denunciar o emprego irregular de recursos e maquinários municipais em obras estaduais, além de exigir transparência sobre o passivo financeiro herdado de gestões anteriores e cobrar a regularização de repasses previdenciários retidos pelo Estado. Ao mesmo tempo, discutiu uma série de projetos do Executivo, que buscavam a estruturação burocrática moderna da máquina municipal, com a criação de cargos e instâncias administrativas mais especializadas, além do Orçamento projetado para 1952. Outra medida importante foi o projeto de Lei que instituiu o imposto do selo municipal (usado, inclusive, afixado nas pranchas dos projetos de arquitetura como comprovação do pagamento das taxas municipais).

PENSAR FORA DO EIXO

Ao ingressar nas Atas de 1955, percebe-se que os vereadores mantinham uma agenda urbana focada na modernização da infraestrutura, na expansão dos serviços públicos e na organização do espaço físico. No campo da mobilidade, destacam-se como impasses centrais os debates sobre a interrupção da circulação de bondes em linhas essenciais, como Ribeira e Lagoa Seca. Sobre esse tema, o texto das atas registra:

[...] existindo um único carro na linha de Lagoa Seca e um outro na linha da Ribeira. O orador lamenta o descaso do Governo para com o assunto e pede à Casa a necessária vigilância para o problema, encarecendo a nomeação de uma Comissão de Vereadores para entrar em entendimentos com o Sr. Governador a propósito do cumprimento do contrato que estabelece a obrigatoriedade de circulação dos bondes [...] (Atas, 04 abril de 1955)

Somavam-se a isso queixas frequentes acerca da insuficiência de veículos na Avenida 10, na linha de Parnamirim e na linha Circular (Atas, 01 e 18 julho e 10 dezembro de 1955) além de pleitos para a alteração do tráfego em vias como a Avenida Sílvio Pélico, no Alecrim. Diante das crises no sistema de ônibus, discutiu-se inclusive a utilização de trens suburbanos como transporte alternativo entre as estações de São Sebastião e Ribeira (Atas, 15 e 18 de abril de 1955). No mesmo período, houve a revisão do tráfego em um dos lados da Praça Sete de Setembro, visando melhorar o fluxo de veículos (Atas, 12 e 13 dez. 1955).

No âmbito da infraestrutura, o esforço legislativo concentrou-se na expansão da malha viária e na modernização de serviços básicos. Foram autorizadas obras estratégicas de pavimentação, como em trechos da Rua Dr. Mário Negócio, e a abertura de vias de terra interligando as ruas Presidente Bandeira, Presidente Sarmento, Presidente Leão Veloso e Presidente Mascarenhas (Atas, 5, 6 e 18 de abril de 1955). Para viabilizar tais intervenções, o Legislativo aprovou créditos especiais destinados ao custeio de pavimentação nas avenidas Café Filho e 25 de Dezembro (Atas, 27, 28 e 29 de abril de 1955).

A iluminação pública também foi pauta central, resultando na instalação de novos postes na Rua Presidente Mascarenhas e no financiamento da rede elétrica para o Bairro da Conceição (Atas, 5 e 6 de abril de 1955). Essas iniciativas buscavam atender a demandas antigas, reforçando a segurança e garantindo que o desenvolvimento urbano alcançasse efetivamente as comunidades populares.

Outros debates demonstram um esforço coordenado para modernizar o traçado e os serviços da capital. No campo do abastecimento, os vereadores viabilizaram a construção do Mercado das Rocas mediante a venda estratégica do Mercado da Ribeira, assegurando uma verba

PENSAR FORA DO EIXO

de um milhão de cruzeiros no orçamento de 1956 (Atas, 6, 27 e 29 de abril de 1955). O planejamento também alcançou a gestão funerária e identidade da cidade, com a criação do cemitério em São Sebastião (Atas, 10 de abril de 1955), de um ossuário no Alecrim e a oficialização de marcos importantes, como o Palácio Felipe Camarão (sede da Prefeitura) e a Avenida Governador Sylvio Pedroza (Atas, 26 de abril e 10 de maio de 1955). O ordenamento do bairro Santos Reis (Atas, 2 de agosto de 1955) e as doações de terrenos para o Exército Nacional (Atas, 21 de jun. de 1955) e o Clube de Engenharia (Atas, 5 de maio de 1955) consolidaram uma visão de expansão institucional e habitacional que moldaria o crescimento de Natal.

Por fim, as pautas de saúde pública e saneamento refletiram uma preocupação crescente com a higiene urbana e o bem-estar social. Entre as principais conquistas, destacam-se a criação do Ambulatório Médico-Cirúrgico e Odontológico Municipal e a formalização do cargo de Engenheiro nos quadros da Prefeitura (Atas, 13 de maio de 1955). No cotidiano da cidade, os vereadores garantiram avanços na limpeza urbana — como a coleta semanal de lixo em Lagoa Seca e a aquisição de equipamentos de proteção (EPIs) para os garis — e na infraestrutura sanitária, com a construção de pavilhões e banheiros públicos no Alecrim e em praças centrais, como a Padre João Maria e a Augusto Severo (Atas, 9 de agosto de 1955). O acesso à água foi reforçado pela reinstalação de chafarizes públicos em comunidades carentes e pela expansão da rede nos bairros de Rocas e Petrópolis, combatendo a precariedade do abastecimento da época (Atas, 19 de dez. de 1955).

3.3 Terceiro ciclo (1956-1958)

No ciclo final, foi possível analisar ao menos um mês do ano inicial e do ano final contemplado pelo recorte, sendo eles: agosto de 1956 e janeiro de 1958.

Em 1956, no âmbito do urbanismo e infraestrutura, as proposições concentraram-se na expansão da malha viária e na melhoria do saneamento básico. Destacam-se ações de pavimentação de terminais nas ruas Felipe Camarão e Princesa Isabel e a instalação de redes de esgoto no bairro das Rocas. A preocupação com o espaço público também foi evidenciada em propostas para a construção de praças, como a São Vicente de Paula, em Igapó e no cruzamento das ruas Presidente Sarmiento e Jaguarari (Atas, 3 de agosto de 1956). Também foi proposta ampliação de abastecimento de água nos bairros das Quintas e Guarita. (Atas, 15 de agosto de 1956)

PENSAR FORA DO EIXO

A leitura dos registros de agosto de 1956, primeiro ano da gestão de Djalma Maranhão, mostra que o ex-prefeito submeteu à aprovação da Câmara leis de conteúdo social e cultural, como a construção do Mercado das Rocas (Atas, 24 de agosto de 1956), a criação do conselho de turismo, o auxílio a escolas e ao teatro e conclusão da obra da Biblioteca Municipal no Alecrim. O Executivo demonstrou uma preocupação ativa com a regularização do uso do solo, promovendo consultas técnicas para a instalação de equipamentos urbanos, como as "cigarreiras", e a gestão de concessões comerciais, exemplificada pelo arrendamento do quiosque "O Quitandinha" (Atas, 8 de agosto de 1956).

A Câmara discutiu o zoneamento urbano, propondo limites para a interdição de animais na capital e protestando contra a permanência de vacarias em zonas residenciais, como na Avenida 12, citando riscos à saúde pública (Atas, 6 de agosto de 1956). Houve ainda críticas à ocupação inadequada de logradouros históricos, a exemplo dos danos causados à Praça André de Albuquerque durante festividades locais (Atas, 6 de agosto de 1956).

A atuação da Câmara foi reconhecida pela opinião pública da época, representada pelo comentário do vereador Severino Galvão, registrado na ata do dia 29 de agosto de 1956: "O Vereador Severino Galvão, elogia um comentário da Rádio Cabugi, que afirmou que a Câmara Municipal desta capital tem produzido mais do que a Assembleia Legislativa Estadual". Tal afirmação demonstra que o papel da Câmara foi se consolidando como um espaço de fiscalização, debate e representação das demandas populares, fortalecendo o municipalismo perante o cenário político e urbano da capital potiguar no Terceiro Ciclo do Poder Legislativo (Atas, 29 de agosto de 1956).

O planejamento urbano de 1958 concentrou-se na formalização da expansão da cidade, evidenciada pela aprovação de planos de loteamento para áreas periféricas como Mãe Luiza e Quintas. Além da regularização fundiária, nota-se uma preocupação com a habitação social, discutida por meio da doação de terrenos no bairro de Santos Reis para a construção de conjuntos residenciais pelo IAPETC (Atas, 23 de janeiro de 1958). No campo do desenvolvimento econômico, o Chefe do Executivo, Djalma Maranhão, utilizou a isenção de impostos como ferramenta para atrair e consolidar indústrias, beneficiando empresas como a Confecções Guararapes (Atas, 10 de janeiro de 1958).

As discussões sobre transporte incluíram propostas ambiciosas de implantação de trens suburbanos conectando o centro a bairros como Alecrim, Igapó e Parnamirim, além da expansão

PENSAR FORA DO EIXO

de linhas de lotações e a proposição de uma Diretoria Municipal de Trânsito para organizar o fluxo ‘crescente’ (Atas, 8 de janeiro de 1958). O saneamento básico e o acesso à água potável foram pautas constantes, com vereadores reivindicando a instalação de chafarizes e a regularização do abastecimento em localidades como Campos Limpo, Rocas e Petrópolis, frequentemente afetadas por deficiências na distribuição (Atas, 7 de janeiro de 1958).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação permitiu reconstruir parte das questões urbanas da cidade do Natal que foram discutidas pela Câmara Municipal entre o final da década de 1940 até 1960, deslocando o foco da análise mais focada no Poder Executivo para o papel institucional e fiscalizador da Câmara Municipal. A análise das atas das sessões ordinárias demonstrou que a reinstalação do Legislativo, em 1948, constituiu um marco fundamental para a consolidação do municipalismo na capital potiguar. Para além de meros registros burocráticos, esses documentos revelaram-se repositórios de debates sobre as questões urbanas urgentes, atuando como instância de mediação entre os discursos de progresso técnico e as carências concretas da população.

Observou-se que a atuação da Câmara evoluiu de uma fase inicial, voltada a definições regimentais, para um papel protagonista no ordenamento do território. As atas evidenciam a institucionalização de um debate urbano que articulava o planejamento oficial ao cotidiano da cidade. Por meio das discussões legislativas e executivas, temas de salubridade e de infraestrutura básica — como a instalação de chafarizes e a regularização do abastecimento de água potável — deixaram de ser problemas meramente administrativos e passaram a figurar como prioridades políticas. Projetos como a construção de lavanderias públicas nas Rocas e Quintas e os debates sobre a higiene do Mercado do Alecrim indicam um “urbanismo social” em formação. Nesse contexto, o Legislativo funcionava como o principal espaço de acolhimento das demandas periféricas, frequentemente negligenciadas pelas narrativas oficiais de modernização. Destaca-se, ainda, o debate acerca dos aforamentos de terrenos, cuja análise permite compreender os mecanismos de expansão da cidade e os modos como o poder público geria o solo urbano.

Nesse sentido, a pesquisa ressaltou que a agenda urbana de Natal foi moldada por uma dialética constante entre a “cidade ideal”, projetada pelos planos e ações urbanísticos, e a “cidade real”, que pulsava nos bairros em expansão e nos populares. A autonomia municipal, embora garantida pela

PENSAR FORA DO EIXO

Constituição de 1946, enfrentou desafios e interferências constantes. Ainda assim, a consolidação desse espaço deliberativo pavimentou o caminho para gestões futuras, como a de Djalma Maranhão, cujo modelo de administração democrática dialogava diretamente com o fortalecimento das instituições locais e com a emancipação popular.

Em suma, este estudo contribui para a historiografia urbana de Natal ao revelar que o processo de “tornar-se moderna” não se resumiu a um conjunto de obras de engenharia, mas constituiu um embate político-institucional contínuo, registrado minuciosamente nas atas da Casa. A sistematização desses dados reafirma a importância de valorizar as fontes documentais locais para compreender a complexidade da produção do espaço urbano em cidades brasileiras no pós-guerra, período em que política e arquitetura se entrelaçaram na busca por cidadania.

AGRADECIMENTOS

Ao grupo de pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCurb, DARQ, UFRN); à Pré-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ/UFRN) e ao CNPq pelas bolsas de iniciação científica e de produtividade (processo PQ 316842/2023-0) concedidas; aos funcionários do Arquivo da Câmara Municipal de Natal. Este artigo é parte de um projeto de pesquisa maior que tem investigado a reestruturação dos marcos legais (urbanísticos e ambientais) de Natal entre o final dos anos 1940 e 1980.

REFERÊNCIAS

DANTAS, George A. F.; PELLESENSE, Magnus C.; NASCIMENTO, Natália M.; CADÓ, Júlia C. de A. Reformas, gestão e higiene da cidade: tentativas de ordenamento dos serviços e da expansão urbana (Natal, Brasil, nos anos 1940). III Congreso Iberoamericano de Historia Urbana, 2022, **Actas del III Congreso de la Asociación Iberoamericana de Historia Urbana**, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2025.

DANTAS, George A. F. **Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - EESC/USP, São Carlos, 2003.

FERREIRA, Angela L. de Araújo. **De la producción del espacio urbano a la creación de Territorios en la Ciudad - un estudio sobre la constitución de lo Urbano en Natal, Brasil**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Barcelona, Barcelona, 1996.

PENSAR FORA DO EIXO

FERREIRA, Angela L. A.; EDUARDO, Anna Rachel B.; DIAS, Ana Caroline D.; DANTAS, George A. F. **Uma cidade são e bela: a trajetória do saneamento de Natal. 1850 a 1969.** Natal: CREA-RN, IAB-RN, 2008.

FONSECA, Jailton Augusto da. **Djalma Maranhão.** Natal: Fundação José Augusto, [s.d.].

LIMA, Luiza Maria Medeiros de. **O olhar das instituições de previdência sobre a casa e a cidade: promoção, financiamento e avaliação de imóveis.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

MACHRY, Marcos Santos. **O horizonte nacionalista de esquerda e a Revista Brasiliense (1955-1964): sociabilidade intelectual e linguagem política.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

MARANHÃO, Djalma. **Cascudo - Mestre do Folclore Brasileiro.** Natal: Sebo Vermelho, 1999.

MORAES, Lincoln. **Djalma Maranhão: roteiro para uma bibliografia.** Natal: [s. n.], 1995.

MORAIS, Eloísa de Oliveira; CAVALCANTE, Pollyana Karla Monteiro de Medeiros. **Natal pós-guerra: entre a vida urbana e as ações da gestão municipal.** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 18º, 2024, Natal. Anais [...]. Natal: Even3 Publicações, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/18-shcu-seminario-historia-cidade-urbanismo/879706-natal-anos-1940--a-vida-urbana-e-as-acoes-da-gestao-municipal-no-contexto-pos-segunda-guerra>. Acesso em: 3 abr. 2026.

PEREIRA, Margareth da Silva. **A construção histórica dos sentidos das palavras: Município e municipalismo: dois séculos de lutas políticas e linguísticas.** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 9º, 2006, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUR, 2006. Disponível em: <https://anpur.org.br/anais-shcu-i-a-xv/>. Acesso em: 3 abr. 2026.

RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **As Praças de Cultura no governo Djalma Maranhão (1960-1964).** Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

TORQUATO, Arthur Luis de Oliveira. **O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950).** 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

VELLOSO, Rita; OLIVEIRA, Alessandra. **As experiências em torno da festa e a crise do urbano.** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 18º, 2024, Natal. Anais [...]. Natal: Even3 Publicações, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/18-shcu-seminario-historia-cidade-urbanismo/1010867-as-experiencias-em-torno-da-festa-e-a-crise-do-urbano/>. Acesso em: 3 abr. 2026.

Fontes primárias:



PENSAR FORA DO EIXO

NATAL. Câmara Municipal de Natal. Atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal. Natal. 1948-1963.

A ORDEM. Natal. 1940-1969. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

ACERVO CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL. Atas das sessões ordinárias, Natal, entre 1948 e 1958 [Base de dados do HCurb]

DIÁRIO DE NATAL. Natal. 1940-1969. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. MARANHÃO, Djalma. **Pensamentos Políticos (Discursos Parlamentares)**. Natal: DHnet, [s.d.]. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/dados/livros/potiguariana/djalma_discursos/index.htm>. Acesso em: 03 abr. 2026.

O POTI. Natal. 1940-1969. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.